

SÉRGIO CABRAL

*Jornalista. Instagram: @sergiocabral_filho

Interino exemplar

O governador interino do Rio, desembargador Ricardo Couto, tem feito um belo trabalho de profilaxia na máquina pública do estado.

Já exonerou milhares de ocupantes de cargos de nomeação livre. E nada aconteceu que pudesse prejudicar o serviço público prestado pela máquina pública.

Acabou com a farra de uma refinaria fantasma, a Refit, contra a qual acabei no meu governo com o regime especial diferenciado de pagamento de ICMS, e que desapropriei no meu período, mas que meus sucessores retornaram com a bandalha que resultou em sonegação violenta do imposto estadual.

Após as decisões corajosas do governador Couto contra

a Refit, a arrecadação de ICMS de combustíveis subiu de maneira impressionante.

Ricardo Couto também despolitizou a escolha de auditores da receita estadual nos comandos de cada área da Secretaria de Fazenda.

Na secretaria de saúde desmobilizou uma estrutura montada para fins políticos. Na educação a mesma coisa.

Segurança Pública requer mais tempo de governo para o planejamento e efetividade de resultados. O que, na condição de interino, não haverá tempo hábil até o fim do ano. De toda forma, também despolitizou a nomeação nessa área tão sensível.

No círculo mais próximo de seu gabinete, nomeou pessoas qualificadas e dispostas a enfrentar situações pretéritas de desmando com coragem e capacidade técnica e de gestão.

Sua personalidade simples e discreta, que não se afeta com elogios e o cerco de bajulação, tem também contribuído para uma interinidade “comme li faut”, como deve ser.

O desembargador Ricardo Couto me faz lembrar a elegância pessoal e a discrição de um grande brasileiro que desfrutei de sua convivência: o vice-presidente de Fernando Henrique, Marco Maciel. Nos meus anos de Senado da República, muitas vezes tive o privilégio, como seu colega, de absorver seus ensinamentos e admirar sua forma de comportamento.

Peço a Deus que o sucessor do atual governador do estado o tenha como referência no trato da gestão pública, e com quatro anos de mandato, seja capaz de recolocar o estado do Rio nos trilhos da boa política que gere paz, prosperidade e crescimento para a nossa população.

JANGUIÊ DINIZ

Diretor-presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior

O papel da imprensa em uma sociedade que aprende

Há instituições que são fundamentais em uma sociedade, e a imprensa é uma delas. Mais do que registrar acontecimentos, o jornalismo qualificado informa, investiga, contextualiza e amplia o debate público sobre os temas que definem o presente e o futuro de um país. Em um cenário marcado pela velocidade da circulação de informações, pela disseminação da desinformação e pela complexidade dos desafios, sua missão torna-se ainda mais relevante: oferecer à sociedade fatos rigorosamente apurados, múltiplas perspectivas e elementos que permitam a formação de uma opinião livre e consciente.

Essa contribuição também é indispensável para o fortalecimento da democracia. Ao acompanhar a atuação dos Poderes, investigar irregularidades, fiscalizar a aplicação de recursos públicos, cobrar transparência e dar visibilidade a temas de interesse coletivo, a imprensa exerce a função reconhecida como watchdog. Trata-se de um papel que ultrapassa a simples divulgação de notícias, sendo essencial para fortalecer as instituições democráticas e assegurar aos cidadãos condições para exercer plenamente sua cidadania.

Em outra frente, o bom jornalismo também identifica soluções, apresenta experiências inovadoras e dá visibilidade para iniciativas que produzem resultados concretos para a sociedade. Ao transformar boas práticas em conhecimento compartilhado, contribui para que ideias bem-sucedidas deixem de ser experiências isoladas e passem a inspirar novas políticas públicas, projetos institucionais e ações da sociedade civil.

Em um país com dimensões continentais e profundas desigualdades como o Brasil, essa capacidade de conectar diferentes realidades talvez seja uma das maiores contribuições da imprensa para o desenvol-

vimento nacional. Uma experiência bem-sucedida implementada em uma universidade do Nordeste, uma pesquisa desenvolvida no Sul ou um projeto social realizado no interior do Centro-Oeste podem inspirar soluções em outros locais quando encontram no jornalismo um canal capaz de ampliar seu alcance.

Na esfera educacional, essa dupla missão é particularmente evidenciada. Ao mesmo tempo em que acompanha indicadores, analisa políticas públicas, questiona decisões governamentais e evidencia desafios históricos, o jornalismo também revela pesquisas científicas, projetos de extensão, iniciativas inovadoras de ensino, experiências de inclusão e histórias capazes de demonstrar o impacto transformador da educação na vida das pessoas.

No caso da educação superior, essa contribuição assume uma dimensão estratégica. Nela são formados profissionais qualificados, desenvolvidas pesquisas que impulsionam a inovação e produzidos conhecimentos que contribuem para o enfrentamento de desafios sociais, ambientais, tecnológicos e econômicos. Ainda assim, muitos desses temas permanecem distantes do cotidiano da população. O jornalismo é essencial para reduzir essa distância e ampliar a compreensão da sociedade sobre o papel da educação superior como vetor de desenvolvimento, competitividade, inovação e redução das desigualdades.

Foi justamente a partir desse entendimento que, em 2017, na minha primeira gestão como presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), criei o Prêmio ABMES de Jornalismo. Hoje em sua nona edição, a iniciativa nasceu com o objetivo de reconhecer e valorizar profissionais que contribuem para qualificar o debate público sobre a educação superior; estimulando uma cobertura jornalística pautada pelo rigor da apuração, pela profundidade das análises e pelo compromisso com o interesse público.

Ao longo de quase uma década, a premiação consolidou-se como referência para os profissionais da imprensa, acompanhando o amadurecimento da produção jornalística sobre o tema. Essa evolução é perceptível não apenas

no crescimento da participação, mas sobretudo na qualidade dos trabalhos apresentados.

A edição de 2026 registrou o recorde de 322 inscrições e, segundo a comissão julgadora, composta pelos imortais da Academia Brasileira de Letras Arnaldo Niskier, Antonio Secchin e Merval Pereira, a definição dos vencedores foi desafiadora diante do elevado nível das reportagens finalistas. A avaliação considerou aspectos como relevância, qualidade narrativa, consistência editorial e rigor na apuração.

Também merece destaque a diversidade de temas contemplados pelas produções vencedoras. As reportagens premiadas abordaram questões centrais para compreender as transformações pelas quais passa o ensino superior brasileiro, como a regulamentação da educação a distância, os impactos da inteligência artificial e das novas tecnologias nas universidades, a presença crescente de pessoas com mais de 60 anos nas salas de aula e a influência da graduação na melhoria da renda das famílias. Embora tratem de assuntos distintos, todas compartilham uma característica em comum: demonstram como a educação superior dialoga com os grandes desafios contemporâneos.

Mais do que reconhecer boas reportagens, o Prêmio ABMES de Jornalismo reafirma uma convicção que se fortalece a cada edição: uma educação superior forte depende de um debate público igualmente qualificado. E esse debate somente é possível quando existe uma imprensa livre, ética, plural e comprometida com a produção de informação confiável.

Valorizar jornalistas que se dedicam à cobertura educacional significa incentivar uma sociedade mais bem informada, fortalecer a circulação de boas ideias e ampliar a visibilidade de iniciativas capazes de inspirar transformações em diferentes partes do país. Em última análise, reconhecer o jornalismo comprometido com a educação superior é reconhecer que democracia, conhecimento e informação de qualidade caminham lado a lado. Afinal, sociedades que valorizam a liberdade de imprensa e a educação constroem instituições mais sólidas, cidadãos mais conscientes e um futuro muito mais promissor.

SILMARA CASADEI

Doutora em Educação, psicanalista e autora de O Pequeno Mundo Criativo

Dia da Infância: O direito de ser criança

Com a produtividade ocupando cada espaço do dia, talvez seja necessário reafirmar neste Dia da Infância (24/8) algo que deveria ser natural: o tempo para o brincar.

Brincar não é um intervalo entre atividades consideradas importantes. É uma forma de aprender. Ao inventar regras, negociar papéis, lidar com frustrações e transformar objetos comuns em possibilidades, a criança exercita competências que não se desenvolvem apenas por instrução. Aprende a conviver, a imaginar saídas, a criar novas possibilidades e a perceber o outro.

Há algumas décadas, os pequenos costumavam passar mais tempo juntos sem que um adulto organizasse cada momento. Quando não havia nada pro-

gramado, precisavam descobrir o que fazer. O tédio, tantas vezes tratado como um problema, podia se transformar no início de uma brincadeira. A ausência de uma resposta pronta convocava a imaginação.

Hoje, o cenário é outro. Muitos vivem entre escola, cursos, esportes e compromissos que deixam pouca entrada para o ócio. E os pais precisam incluir na agenda das crianças o descanso e as brincadeiras. Ao mesmo tempo, há um universo digital permanentemente disponível, pronto para preencher qualquer pausa com vídeos, jogos, mensagens e conteúdos produzidos para manter a atenção.

Os dados ajudam a dimensionar essa mudança. O levantamento do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) mostra que 85% dos usuários de internet entre 9 e 17 anos têm perfil em pelo menos uma das plataformas investigadas. WhatsApp e YouTube estão entre as mais acessadas, e 65% desse público já utilizou inteligência artificial generativa para diferentes atividades.

Em 2016, no início da série histórica, 10% dos

usuários haviam acessado a internet pela primeira vez até os 6 anos. Em 2025, essa proporção chegou a 28%. Não se trata, portanto, de discutir a presença da tecnologia como se ela pudesse ser retirada do cotidiano. Ela já faz parte do mundo em que as crianças crescem. A questão é não permitir que ocupe a rotina.

Garantir uma infância plena exige escolhas. Significa proteger horários sem finalidade definida, permitir encontros com os amigos, criar oportunidades para a convivência fora das telas, para o brincar e até para se perder nas páginas de um bom livro, e resistir à ideia de que todo minuto precisa ser aproveitado.

É nos momentos livres que surgem perguntas sem resposta imediata, conflitos e invenções que não nasceriam de um roteiro. Vale pensar no que estamos oferecendo às novas gerações e, também, no que estamos retirando delas.

É preciso garantir condições para que cada criança viva plenamente, no hoje, a idade que tem. Isso significa aprender sobre suas primeiras responsabilidades e tarefas, desde que haja espaço de descanso e de muitas brincadeiras que também ensinam.